

Seul Declaração da Sociedade Civil e do Trabalho

A Conferência Ministerial da OCDE
Sobre o futuro da economia da Internet
Seul, Coréia 16 junho 2008

Esta reunião de organizações da sociedade civil e do trabalho na Conferência Ministerial da OCDE sobre o Futuro da Economia da Internet oferece uma oportunidade única para levar ao conhecimento dos Ministros presentes na Conferência e aos países membros da OCDE as preocupações e aspirações das pessoas ao redor do mundo, tanto daqueles que estão conectados à Internet, quanto dos que não estão. Agradecemos à OCDE e ao Governo da Coréia pela oportunidade de realizar um evento das organizações da sociedade civil e do trabalho e pela abertura para participar da Conferência Ministerial da OCDE. Essas organizações em conjunto elaboraram um documento para a OCDE e organizaram uma conferência intitulada "Tornando o futuro da Internet benéfico para os cidadãos, consumidores e trabalhadores". Um vasto leque de organizações participou deste esforço, e a presente declaração tem por base o seu resultado.

*** Um balizamento para o futuro da economia da Internet**

Os objetivos da política para o Futuro da Economia da Internet devem ser considerados no quadro mais amplo de proteção dos direitos humanos, de promoção das instituições democráticas e do acesso à informação, bem como do fornecimento de acesso não-discriminatório e a um custo acessível aos serviços e redes de comunicação mais avançados. O respeito ao Estado de Direito, a observância das normas internacionais de direitos humanos e sua efetiva proteção deve ser a base para a avaliação das políticas voltadas à sociedade da informação. O crescimento econômico deve beneficiar a muitos, e não a poucos. A Internet deve ser acessível a todos. Por essa razão, instamos a atenção dos Ministros da OCDE para as seguintes questões e fazemos as seguintes recomendações:

* **Liberdade de expressão** A liberdade de expressão está sendo violada em todo o mundo, tanto por meio da censura estatal, como também por medidas mais sutis, como a filtragem de conteúdo, a censura privada e as restrições sobre os chamados "conteúdos lesivos." Exortamos a OCDE a defender a liberdade de expressão e se opor à filtragem oficialmente autorizada, à censura de conteúdos na Internet e à criminalização de conteúdo que está protegido sob as normas internacionais de liberdade de expressão.

* **Proteção da privacidade e da transparência.** Reafirmamos nosso apoio às Orientações da OCDE sobre Privacidade (OECD Privacy Guidelines) como um instrumento político que define requisitos mínimos para afluxo transfronteiriço de dados pessoais. Recomendamos a adoção do recente Guia de políticas sobre o RFID e o roubo identidade on-line, sob a forma de recomendações do Conselho. Instamos os países da OCDE a adotar e aplicar leis de proteção de dados que abranjam todos os setores, tanto on-line como off-line, e a estabelecer normas internacionais de proteção dos dados que sejam juridicamente vinculativas. Instamos ainda os Estados membros a garantir a equidade, a transparência e a responsabilização em todo o processamento de dados objetivando a segurança das fronteiras e a identificação e na tomada de decisões relativas às pessoas singulares.

* **Proteção dos Consumidores.** Confiança e segurança são cruciais para o sucesso da economia da Internet. A OCDE deverá garantir que leis visando à proteção dos consumidores sejam devidamente aplicadas e abranjam os produtos digitais na mesma medida em que o fazem em relação a outros bens de consumo e serviços. Recomendamos que a OCDE aprove as propostas de políticas que dão mais poder aos Consumidores em matéria de Comunicações, Serviços e Comércio por meio da telefonia móvel, como Recomendações do Conselho, e que os países membros da OCDE implementem essas recomendações. Apoiamos os esforços da OCDE para facilitar a execução transfronteiriça das leis anti-spam e para o desenvolvimento eficaz de mecanismos de resolução de litígios on-line.

* **Emprego, Trabalho Decente e Competências.** Recomendamos que os países membros da OCDE promovam oportunidades de aprendizagem e de formação para os trabalhadores e tratem das mudanças tecnológicas e organizacionais no local de trabalho. Exortamos os países da OCDE a reduzir a pegada ecológica de carbono das indústrias de TIC e a promover o cumprimento das normas trabalhistas e das orientações da OCDE para Empresas Multinacionais.

* **Promoção do acesso ao conhecimento.** Apoiamos o acesso irrestrito aos trabalhos científicos e acadêmicos financiados pelo governo e endossamos os Princípios e guia da OCDE para o acesso aos dados de pesquisa (OECD Principles and Guidelines for Access to Research Data). Apoiamos a recomendação da OCDE para o acesso reforçado e utilização mais eficaz da Informação Pública (OECD Recommendation for Enhanced Access and More Effective Use of Public Information). Os países da OCDE devem opor-se a extensões aos termos de direitos do

autor e à apropriação privada de conhecimentos e informações culturais essenciais, que podem ser disponibilizados na Internet. Recomendamos que a OCDE realize um estudo sobre a importância das exceções nos direitos do autor para a educação, as bibliotecas e arquivos, as pessoas com necessidades especiais e os serviços inovadores.

* **Governança da Internet**. As estruturas de governança da Internet devem refletir os valores democráticos, ser transparentes e prestar contas publicamente aos usuários. O processo global de criação de políticas para a Internet deve contar com a participação de todos os povos, países e partes interessadas. Exortamos os Estados membros da OCDE a apoiar o Fórum de Governança da Internet e a promover um processo de discussão com múltiplos intervenientes (multistakeholder) da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação.

* **A promoção de padrões abertos e da neutralidade da rede**. Os processos de elaboração de padrões devem ser abertos e incentivar a concorrência. Isto promove a inovação e o desenvolvimento. Apoiamos as políticas que promovam padrões abertos, formatos de informações abertos, e softwares livres e abertos. Recomendamos que mais países membros da OCDE se oponham à discriminação dos provedores contra certos tipos de aplicações, de dispositivos ou de conteúdos, e que preservem o papel da Internet na promoção da inovação, do crescimento econômico e da comunicação democrática.

* **Políticas equilibradas de proteção da Propriedade Intelectual**. Exortamos os países membros da OCDE a manter uma diretriz equilibrada para a proteção da propriedade intelectual, que seja menos invasiva em relação a privacidade, menos restritiva ao desenvolvimento de novas tecnologias, e que promova a criatividade, a inovação e a aprendizagem. Apoiamos O Guia da OCDE para a Política de conteúdos digitais (OECD Policy Guidance for Digital Content). Os países da OCDE deveriam opor-se a propostas que negassem o acesso de todos aos serviços de Internet e a quaisquer oportunidades com base em uma alegada violação de direitos autorais. Estamos também preocupados com o sigilo do processo relacionado ao Tratado "Anti-Counterfeiting Trade Act" (ACTA) e com a possibilidade de que certas políticas possam limitar a atividade comercial legítima, uma web participativa, e os serviços de governo eletrônico.

* **Apoio à mídia plural**. A Internet é uma plataforma universal para a inovação, o crescimento e a capacidade das pessoas de expressar e partilhar as suas opiniões. Novas formas de comunicação social e novas aplicações têm surgido, desafiando velhos paradigmas e permitindo a

mais ampla participação do público. Ao mesmo tempo, as empresas dominantes na Internet estão se movendo para consolidar o seu controle sobre a rede. É de vital importância que a OCDE desenvolva uma melhor compreensão do desafio que a consolidação desta indústria representa para a abertura da Internet. O guia de políticas da OCDE em matéria de convergência e redes de última geração (OECD Policy Guidance on Convergence and Next Generation Networks) oferece uma base para este trabalho.

* **Sociedade digital inclusiva**. A Internet deve ser acessível a todos. Os países membros da OCDE devem assegurar que todos os moradores tenham meios de acesso à Internet e devem proporcionar o acesso público à Internet, além de treinamento e suporte. Deve ser dada especial atenção às zonas rurais, remotas e populações indígenas, bem como às pessoas com necessidades especiais.

* **Diversidade cultural**. Apoiamos os esforços da OCDE para promover o acesso a toda a gama de culturas e para garantir que a economia da Internet reflita a diversidade de idiomas, arte, ciência e literatura mundiais.

A implantação dos nomes de domínio internacionais deve ser uma prioridade.

* **Participação da sociedade civil e do trabalho**. A participação da sociedade civil e sociedade do trabalho organizada reafirma o papel de todas as partes interessadas no Futuro da economia da Internet. Agora é hora de formalizar este processo. Em 1998, a sociedade civil e do trabalho instou Conferência Ministerial da OCDE em Ottawa a criar um conselho consultivo, semelhante ao Comitê Consultivo Empresarial da Indústria (Business Industry Advisory Committee- BIAC) para os negócios e a Comissão Consultiva dos Sindicatos (Trade Union Advisory Committee - TUAC) para os trabalhadores. Dissemos que este novo Conselho Consultivo deveria incluir os grupos da sociedade civil em domínios como os direitos humanos, a democracia, a privacidade e a proteção de dados, a proteção dos consumidores e o acesso à informação e ao conhecimento. Exortamos a OCDE a estabelecer agora o Comitê Consultivo da Sociedade Civil. A criação um Comitê Consultivo da Sociedade Civil pela OCDE é necessária para ajudar a realizar os objetivos democráticos da inclusão, participação, transparência e responsabilidade no âmbito da Organização. A OCDE oferece um importante fórum para a discussão de políticas relativas ao futuro da Internet.

Congratulamos este diálogo e exortamos os ministros e os países

membros da OCDE envolverem plenamente a sociedade civil e as organizações trabalhistas dentro de seus próprios países. Em todas as decisões relacionadas com a economia da Internet, aconselhamos os ministros e os países membros da OECD a dar uma atenção especial aos indicadores relativos à alfabetização, ao ensino, e à saúde. O sucesso da Economia da Internet deveria ser medido pelo bem-estar dos cidadãos, e não apenas mediante o grau de difusão tecnológica.

* Translation done by Marilia Maciel, DiploFoundation